

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.457 - AM (2019/0290402-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **EDCARLOS CAMPOS BRAGA**
ADVOGADOS : **FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - AM009663**
 ALESSANDRA SERIACOPI VILA - AM009881
RECORRIDO : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES E OUTRO(S) - RJ086415**
 MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EDCARLOS CAMPOS BRAGA fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. SENTENÇA REFORMADA. 1. O Apelado relatou que sofreu dor, angústia e humilhação decorrente da negativa de pagamento da indenização quando do pleito administrativo. 2. Embora exista uma frustração da Apelada, constato que a situação não ultrapassou os dissabores inerentes à vida cotidiana e, dessa forma, impassível a exigência de reparação por dano contra a esfera da dignidade humana, sob pena de vulgarização do instituto. 3. Recurso conhecido e provido" (e-STJ fl. 148).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, V e X, da Constituição Federal e 186 do Código Civil, ao fundamento de que faz jus ao recebimento de danos morais decorrentes do indeferimento administrativo do pedido de recebimento do seguro obrigatório DPVAT.

Com as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O Tribunal estadual assim se pronunciou sobre os danos morais:

"(...) Contudo, tem-se que a irresignação recursal gira em torno apenas da condenação em danos morais. O Apelado relatou que sofreu dor, angústia e humilhação decorrente da negativa de pagamento da indenização quando do pleito administrativo.

Superior Tribunal de Justiça

Embora exista uma frustração da Apelada, constato que a situação não ultrapassou os dissabores inerentes à vida cotidiana e, dessa forma, impassível a exigência de reparação por dano contra a esfera da dignidade humana, sob pena de vulgarização do instituto" (e-STJ fls. 149/150).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Registre-se, outrossim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o que se observa do seguinte julgado:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE FEITA COM BASE NO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Rever as conclusões das instâncias ordinárias quanto à ocorrência de prescrição da ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais exige, necessariamente, a incursão no material fático-probatório dos autos, notadamente porque as alegações da recorrente são no sentido de considerar outro termo inicial para a contagem do prazo prescricional, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.

2. No que toca ao conhecimento do apelo especial por divergência jurisprudencial, também não colhe êxito. Isso porque julgado fundado em fatos e provas (incidência da Súmula 7/STJ) não enseja a possibilidade de demonstração da similitude fática, conforme tranqüilo entendimento desta Corte Superior.

3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.114.253/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 6/11/2017 – grifou-se).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Não cabe, na hipótese, a majoração dos honorários sucumbenciais prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, pois não há nos autos condenação prévia do recorrente ao pagamento da verba.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

